



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA
EDUCAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
INTERDISCIPLINARES

ROSANA MARIA DA SILVA

O lugar da Cultura no Currículo Escolar

JOÃO PESSOA - PB

2014

ROSANA MARIA DA SILVA

O lugar da Cultura no Currículo Escolar

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba e Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho

JOÃO PESSOA

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S5861 Silva, Rosana Maria da

O lugar da cultura no currículo escolar [manuscrito] : /

Rosana Maria da Silva. – 2014.

38 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) – Universidade estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

“Orientação: Prof^a. Dr^a Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho, Departamento de Educação”.

1. Cultura 2. Currículo 3. Educação I. Título.

21 . ed. CDD 306

ROSANA MARIA DA SILVA

O lugar da Cultura no Currículo Escolar

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba e Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovada em 17/05/2014.

Eneida O. Dornellas de Carvalho

Prof.^ª Dr.^ª Eneida Oliveira Dornellas de Carvalho

Orientadora

Eneida M^ª Gurgel de Araújo

Prof.^ª Ms. Eneida Maria Gurgel de Araújo - UEPB

Examinadora

Mônica de Lourdes Neves Santana

Prof.^ª Dra. Mônica de Lourdes Neves Santana - UEPB

Examinadora

DEDICATÓRIA

*A minha mãe, Maria da Luz Patrício Lourenço (in memoriam), por seu exemplo de vida,
incentivo e valor aos estudos, DEDICO.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus. A ele, minha eterna gratidão.

À orientadora, Prof^a. Dr^a. Eneida Dornellas, pelos ensinamentos, pela paciência, sugestões e críticas, que foram essenciais para a realização e conclusão deste trabalho. A ela, o meu muito obrigado.

Aos coordenadores Francisco Jaime Bezerra Mendonça Júnior e Ricardo Olímpio de Moura, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

À minha família, por ter me dado força ao longo deste curso.

Ao meu esposo Aluizio e às minhas filhas, pela compreensão por minha ausência aos sábados.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, incluídos também os professores da EAD que contribuíram ao longo das 360 horas de carga horária, por meio de disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pelo apoio e empenho concedidos.

Aos colegas de classe, pela construção de novas amizades.

A escola é o lugar onde se faz amigo. [...] Escola é, sobretudo, gente [...] Importante na escola não é só estudar, não é trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se “amarrar nela”! [...]

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a necessidade de se discutir aspectos culturais que tem uma relação intrínseca com a prática escolar, devido a sua importância para a formação dos educandos, como estabelecem as diretrizes educacionais. Se é papel da Educação formar indivíduos conscientes e críticos de sua realidade, é indispensável que a prática educativa esteja voltada para a percepção das questões culturais que os envolvem. Nesse sentido, tendo em vista os debates atuais que se travam a respeito da diversidade cultural, consideramos nesse nosso trabalho a urgência de se rever as ações curriculares que tem pautado as práticas pedagógicas, a fim de torná-las mais eficazes. Sendo reconhecida a escola como lugar de convívio das diferenças, um novo currículo escolar deve contemplar conteúdos que tratem das distinções e desigualdades que são vivenciadas no espaço escolar. Dessa forma, a escola precisa incluir em suas políticas educacionais as questões sociais, tendo como meta principal humanizar e apresentar um modelo de inclusão que atinja todos os que estão inseridos no espaço educacional. Para isso, o reconhecimento da importância da diversidade cultural e a abertura para a aceitação do diferente e para o diálogo devem tornar-se uma prática diária.

Palavras-chave: Cultura; Currículo; Educação.

RESUMEE

Ce travail vise à réfléchir sur la nécessité de discuter des aspects culturels qui ont une relation intrinsèque avec la pratique de l'école, en raison de son importance pour la formation des étudiants comme il est établi par les directrices éducatives. Si c'est le rôle de l'Éducation de former des individus conscientes et critiques de leur réalité, il est indispensable que la pratique éducative soit concentrée sur la perception des enjeux culturels qui les entourent. En conséquence, compte tenu les débats actuels qui sont mis pour la diversité culturelle, nous considérons dans notre travail l'urgence d'examiner les contenus programmés qui orientent les pratiques pédagogiques, afin de les rendre plus efficaces. Reconnue l'école comme un lieu de coexistence des différences, un nouveau programme scolaire doit inclure des contenus traitant les distinctions et les inégalités qui sont expérimentées dans l'espace de l'école. De cette manière, l'école a besoin d'inclure dans ses politiques éducatives, les questions sociales, ayant comme objectif principal d'humaniser et de présenter un modèle d'inclusion pour inclure tous ceux qui sont insérés dans l'espace éducatif. Pour ça, la reconnaissance de l'importance de la diversité culturelle et l'ouverture pour l'acceptation du différent et pour dialogue doit devenir une pratique quotidienne.

Mots-clé : Culture; Programme d'études; Éducation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|--|
| LDB | Leis de Diretrizes e Bases |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

SUMÁRIO

| | |
|--|-------------------------------|
| INTRODUÇÃO | Erro! Indicador não definido. |
| 1 CULTURA E SOCIEDADE ATUAL | Erro! Indicador não definido. |
| 2 CULTURA E EDUCAÇÃO | 16 |
| 2.1 ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO | 16 |
| 2.2 A CULTURA EM DOCUMENTOS OFICIAIS DA EDUCAÇÃO | 19 |
| 2.3 A EDUCAÇÃO MULTICULTURAL | 24 |
| 3 O CURRÍCULO NA PRÁTICA EDUCACIONAL | 29 |
| CONCLUSÃO | 34 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 36 |

INTRODUÇÃO

A temática deste trabalho versa sobre a importância de uma ação que contemple a cultura no currículo escolar, considerando-se o papel do professor na realização de práticas pedagógicas que tenham como objetivo incorporar o aluno e seu meio, de modo a contribuir para a formação de sua identidade, valorizando a sua essência e o tornando singular. Nesse sentido, esse estudo se enquadra na perspectiva de que a escola não transmite apenas conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas, sobretudo, é lugar de interação entre sujeitos, estando comprometida com a sociedade.

É competência do ambiente escolar construir o diálogo com a diversidade que se faz presente na vida do aluno, propiciando-lhe a consciência do respeito às diferenças e a compreensão de que a humanidade é diversa. Tomando por base esta reflexão, a educação não se apresenta negligente em relação às questões atuais que giram em torno da diversidade, o que resulta em mudanças e melhorias no ensino-aprendizagem, tendo como alvo a desconstrução de práticas discriminatórias e a construção de melhores relações sociais.

Essas são questões discutidas no presente trabalho, que se divide em três capítulos. No primeiro capítulo é apresentada uma definição de cultura, de acordo com Tylor (1871) e uma discussão sobre as problemáticas em torno da diversidade cultural, diante de uma sociedade produtora de estereótipos e atitudes preconceituosas. São apresentadas ainda as preocupações de Boff (2002), que tenta explicar os comportamentos dos seres humanos diante da diversidade.

No segundo capítulo destacam-se os estudos culturais e seus precursores Hoggat, Williams e Thompson (1970), que também em suas pesquisas tentaram compreender os fenômenos culturais. Verifica-se como a cultura ganhou ênfase na Educação, sobretudo nesse

momento de globalização, um processo ligado diretamente à área educacional. Neste capítulo ainda demonstra-se como a “cultura” foi introduzida nos documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), discutindo-se as medidas que contemplaram a diversidade nas escolas.

No terceiro e último capítulo, investiga-se a importância do currículo escolar com base em Veiga (2002), Hornbug e Silva (2007), Correia e Dias (1998) e Sposito (2003) para a educação atual, analisando os avanços e entraves desse currículo, buscando uma reflexão para o tema em questão.

Para concluir, são apresentadas as considerações finais acerca do tema investigado, ressaltando-se que se tem como objetivo para essa pesquisa, contribuir para a discussão de um currículo escolar que contemple a diversidade cultural, considerando-se que práticas pedagógicas e políticas públicas precisam se tornar mais eficazes, no sentido de que a especificidade de cada diversidade seja contemplada seriamente no espaço educacional.

1 CULTURA E SOCIEDADE ATUAL

As diferenças de comportamentos entre os homens podem ser explicadas através de disciplinas científicas que fazem uma reflexão sobre a diversidade humana, como a Sociologia e a Antropologia, ciências que estudam a cultura e a sociedade. No entanto, os antropólogos sempre divergiram na formulação do conceito de cultura, o que acontece desde o século XIX. Porém, o britânico Edward Tylor (1832-1917) foi o primeiro a apresentar uma concepção universalista da cultura, confrontando-a com o conceito de civilização:

cultura e civilização, tomadas no seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. (Tylor., *apud* Cuche, 2002, p.35).

Segundo o antropólogo, a cultura pode ser estudada como um fenômeno natural, buscando apoio nas ciências naturais e se apresenta como sendo todo comportamento aprendido de um povo. Assim, a cultura é um fator primordial para a construção da identidade desde a nossa infância. Somos seres em construção e isso significa que podemos mudar nossos costumes, nosso discurso sobre determinado assunto.

Num outro aspecto, é certo que precisamos do outro para afirmar nossa identidade, e assim a diversidade cultural afigura-se como um dado necessário a essa afirmação. A identidade é construída a partir da hibridização, da mistura de culturas que estão ao nosso redor.

A respeito do hibridismo, Young (2005, p. 32) esclarece que

o hibridismo transforma (...) a diferença em igualdade, e a igualdade em diferença, mas de forma tal que a igualdade não seja mais o mesmo, e o diferente não mais simplesmente o diferente. (...) quebrar e reunir ao mesmo tempo e no mesmo lugar: diferença e igualdade numa aparentemente impossível simultaneidade.

A princípio nota-se que a hibridização é simultânea entre os povos, sendo ela necessária na redescoberta dos valores culturais mesmo na sua complexidade, o que ajuda a compreender as criações e a sensibilidade dos vários povos. Outro conceito para hibridização pode ser buscado em Moreira (2001, p. 342):

(...) o hibridismo é complexo e particularmente sugestivo porque pode ser usado para agrupar fenômenos que derivam tanto da territorialização quanto da desterritorialização. No caso da última, o hibridismo se refere aos processos de perda em posições previamente determinadas (isto é, o hibridismo aumentaria no mundo de hoje porque há desculturação, e a desculturação é uma perda bruta, irremediável). No caso da primeira, o hibridismo se refere à positividade que tal perda implica, estruturalmente ou constitutivamente (não há desculturação sem reculturação), e a reculturação pode até produzir – sob certas circunstâncias – uma ameaça à própria economia do sistema). A reterritorialização híbrida e a desterritorialização híbrida são então dois lados – diferentes – da mesma moeda.

Evidentemente o autor analisa a produção desses novos conhecimentos culturais, revelando preocupações existentes de alguns povos, no que se refere ao impacto interativo que pode levar a uma reposição de identidade, havendo uma resistência a vozes e práticas culturais das identidades híbridas. Porém faz-se necessária a compreensão do processo de hibridização e rearticulação identitária constantes, que ocorrem no decorrer das relações culturais.

A cultura de um sujeito é resultado do meio cultural em que ele é socializado, formando-se a partir daquilo em que acredita e aceita, sendo um processo cumulativo, resultante de experiências, do que lhe foi repassado pelos antecedentes. Ou seja, a cultura mantém uma relação intrínseca com a sociedade. Em se tratando da configuração da sociedade atual, percebe-se em ordem crescente uma sociedade cada vez mais agressiva e

hostil. Ter nesse mundo uma cultura diferente é estar sujeito a sofrer ações preconceituosas, o homem contemporâneo não está disposto a respeitar seu semelhante. A agressividade, a desigualdade exercem o poder de interferir diretamente nas manifestações sociais. É assim que Boff (2002) descreve a sociedade atual, caracterizada por uma violência resultante de uma cultura patriarcal que vem ameaçar a existência dos homens, o que determina a necessidade imprescindível da construção de uma cultura da paz. Segundo Boff (2002),

essa cultura patriarcal gestou a guerra como forma de resolução dos conflitos. Sobre esta vasta base se formou a cultura do capital, hoje globalizada; sua lógica é a competição e não a cooperação, por isso, gera guerras econômicas e políticas e com isso desigualdades, injustiças e violências. Todas estas forças se articulam estruturalmente para consolidar a cultura da violência que nos desumaniza a todos.

Essa cultura dominante nos desumaniza, gerando desigualdades e injustiças. Infelizmente a violência vem sendo exaltada por todos os meios de comunicação, fomentando cada vez mais a vontade de poder e dominação entre os povos. Mas em sentido contrário esse mesmo autor relembra nossos valores humanos e afirma a possibilidade de mudanças através do respeito pela vida:

o ser humano é o único ser que pode intervir nos processos da natureza e copilotar a marcha da evolução. Ele foi criado criador. Dispõe de recursos de re-engenharia da violência mediante processos civilizatórios de contenção e uso de racionalidade. A competitividade continua a valer mas no sentido do melhor e não de destruição do outro. Assim todos ganham e não apenas um (BOFF, 2002).

Explica ainda o autor que a busca pelo desenvolvimento de uma nova cultura vem da essência humana, da sua natureza humana como ser social e dotado de inteligência, que diferencia o homem dos demais seres. Assim, cabe ao homem não se acomodar com um mundo violento, e sim restabelecer a paz, cultivando-a e vivenciando-a, e cabe a cada um fazer a sua parte. Boff (2002) afirma a necessidade de “cada um estabelecer como projeto pessoal e coletivo a paz enquanto método e enquanto meta, paz que resulta dos valores da cooperação, do cuidado, da compaixão e da amorosidade, vividos cotidianamente”.

É necessário que esta paz aconteça para que a diversidade seja respeitada. Todos constatam a diversidade encontrada no mundo atual e a globalização que interliga as sociedades, ampliando cada vez mais essa diversidade cultural. No entanto, surge o etnocentrismo e a partir dele o indivíduo estabelece critérios definidores de cultura como superior. Este comportamento gera discriminação e desigualdade entre as diversidades culturais, isto é um erro, pois nenhuma cultura é absoluta, toda cultura está em construção.

A cultura pode ser compreendida como particularidades presentes em diferentes grupos sociais, são características que afetam indivíduos e influenciam suas atitudes em diversos aspectos. Assim, diante da diversidade cultural, é necessário relacionar-se civilizadamente com o que parece ser diferente, tornando a diversidade cultural igualitária por sua comum humanidade. Como diz Boff (2002), a cultura não está regida tão somente pelas leis da sociedade, mas também pela liberdade de autenticidade de pertença, que permitem a construção de valores permanentes e não transitórios que engrandecem a identidade, o caráter de um indivíduo que o faz um ser “diferente”.

2 CULTURA E EDUCAÇÃO

2.1 Estudos culturais e Educação

Os Estudos Culturais tiveram início com Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward P. Thompson, no final dos anos 50 e início dos anos 60, se firmando no Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham na Inglaterra. Esses pesquisadores, em seus estudos, tentam entender os indivíduos dentro dos processos históricos das diversas culturas, analisando a essência da pluralidade, da hibridização cultural, e o impacto midiático que está presente nesses processos.

Assim, Hoggart (*apud* Gomes, 2004, p. 114-115) expressa em seu trabalho: “que estamos caminhando rumo à criação de uma cultura de massa” e que “há algo acolhedor no sentimento que você está com todo mundo”, referindo-se aos meios de comunicação que emanam poder sem usar forças, gestando uma nova forma de domínio, a “cultura de massa”.

Sobre as comunicações, Williams (1983, p. 69-86) propõe que elas devem ser vistas como oferta e não como uma tentativa de domínio. A recepção responsiva depende de uma comunidade de experiência, pois as influências midiáticas sustentam as adversidades cotidianas.

Thompson (1981, p.111) analisa os fenômenos sociais e culturais comprovando que são constituídos historicamente. Para o autor, “entende-se um processo histórico por meio de evidências como homens e mulheres agem e pensam em determinadas condições”, buscando-se compreender o diálogo entre o ser social e consciência social.

Os estudos culturais receberam também a influência do pesquisador Sturt Haul (1970), que participou da formação dessa área, incentivando os estudos etnográficos apoiados na

Sociologia e na Antropologia. Essas pesquisas verificam as formações de identidades sociais focalizando a linguagem e o poder, tentando compreender os fenômenos culturais.

Esses autores souberam mostrar a complexidade da formação cultural e a partir de suas discussões foi questionada a rigidez no campo educacional que passou a ser flexível, levando a uma ideia de interação entre professor e aluno.

Devido às dificuldades de relacionamentos entre culturas diferentes, começou a se falar em “cultura” na educação, e atualmente, surgem grandes discussões em torno da necessidade de uma profunda mudança nas normas sociais. As opiniões públicas estão sendo sentidas no que toca à necessidade de haver uma sensível melhoria na forma de tratamento que é dado aos sujeitos marginalizados, em todo país.

Na visão de Silva (1999), os Estudos Culturais se preocupam pelos grupos que são discriminados, particularmente em relação às questões de racismo, machismo, preconceitos e discriminações, temas fundamentais para serem incorporados num currículo escolar. Nessa esteira, o Brasil passou a modelar suas diretrizes curriculares, que visam preparar a todos para uma convivência plural diversa, embora exista resistência ao impacto dessas mudanças, por parte dos que não se comprometem com a transformação social.

A discussão sobre cultura ganhou ênfase na educação em 1997, sendo a pluralidade cultural incorporada no currículo como um dos temas transversais, com o objetivo de desenvolver uma educação crítica para a superação da desigualdade e exclusão social, do preconceito e racismo, em busca de uma pedagogia que questionasse valores, estereótipos e atitudes preconceituosas, enfocando práticas pedagógicas na relação entre currículo e escola, pois ambos são peças importantes na transformação social, tanto que no momento atual, o interesse por uma sociedade pluriétnica e pluricultural é devido a esses estudos. Nesse contexto, uma questão que se coloca é: Que práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento de novas atitudes para a compreensão da diversidade cultural?

Uma resposta a essa questão encontra-se nos PCN que propõem medidas em relação ao processo de ensino-aprendizagem de forma a promoverem transformações nas relações sociais, porém, é preciso que a continuidade dessas atitudes seja uma marca no processo educacional, para que esse valor chegue aos alunos de uma forma concreta e não superficial.

A educação assim se direciona para aceitação e respeito aos direitos das pessoas rotuladas em decorrência de que lhes são impostas regras por uma sociedade preconceituosa, que as coloca numa posição de marginalizados, evidenciando que o preconceito abrange todo um contexto social, político, econômico, educacional e cultural.

Apesar dessas discussões, a sociedade permanece violando visivelmente os direitos de cidadania de algumas pessoas (negros, mulheres, crianças, idosos, índios, homossexuais etc.) e nesse contexto, a educação tem por meta promover a interação e garantir o exercício de cidadania àqueles que são excluídos. A escola no mundo globalizado é campo privilegiado de vivência multicultural, porque a globalização intensifica os conflitos entre os grupos sociais, mas também cria uma nova postura para os direitos relacionados à diversidade cultural. Assim, a área educacional está diretamente ligada a essa globalização. A esse respeito, Pacheco (2004, p. 5) esclarece que

nesse período povoado pelas tecnologias da informação pela compreensão das distâncias (...) nesse contexto em que caem por terra as fronteiras nacionais e no qual os produtos, das mais diversas culturas, dos mais diversos países invadem, sem pedir licença (...) a identidade cultural se configura – enquanto resultado desse contexto – muito menos fechada, muito menos estável e estática e, principalmente, muito menos nacional do que era na época moderna.

Diante dessa globalização a escola terá que desenvolver a consciência da necessidade de assegurar direitos aos grupos marginalizados que não possuem poder na sociedade. Isso porque a assistência do sistema escolar, em que se inserem os “diferentes”, é um fracasso, pois as pessoas ainda se deparam com tratamentos discriminatórios e injustos nesse espaço, o

que desencadeia um processo de exclusão ativa. Levando-se em consideração que o mundo assume o multiculturalismo, a educação precisa implantar e coordenar práticas pedagógicas capazes de assegurar aos alunados um espaço de vivência multicultural, propiciando um fazer coletivo, uma integração, contribuindo desse modo para a conservação de uma identidade, bem como para o resgate da individualidade e a garantia da cidadania a todos, indiscriminadamente.

2.2 A cultura em documentos oficiais da Educação

Enquanto instituição do Estado, a Escola é regida por leis que tem por objetivo regulamentar sua atuação. Assim, com base nessas leis, programas escolares são desenvolvidos e temas discutidos. Dentre esses, um tema importante que entrou na pauta para a atual configuração da sociedade educacional foi a diversidade. No entanto, o conceito de diversidade precisa ser mais difundido e melhor compreendido no espaço escolar. Esse é um compromisso importante para a educação do século XXI, pois leis são criadas mas não cumpridas, muitos trabalhos e projetos já foram desenvolvidos, porém este tema ainda é superficialmente discutido. Políticas públicas evidenciam o respeito à diversidade, no entanto as diferenças são encaradas como um “problema” escolar. Infelizmente a escola ainda favorece a formação de grupos dominantes e conseqüentemente as práticas de discriminação das diferenças.

Nesse sentido, as diretrizes curriculares terão que estabelecer a defesa da diversidade cultural de uma maneira mais rigorosa, pois a escola faz parte da sociedade que está inserida num contexto de lutas por mudanças, e é interesse de todos que tenhamos relações sociais

pacíficas, caracterizadas por justiça, acima de qualquer forma discriminatória. E para isso, a educação deve abranger uma prática curricular comprometida com a transformação social, pois até agora é feita apenas uma análise superficial da pluralidade, que não chega a ser reconhecida e portanto não pode ser vivenciada em sua plenitude. Um primeiro passo para esse reconhecimento é a tomada de consciência ou respeito às leis que regem nossas atividades sociais.

No tocante às leis 10.639/03 e 11.645/08 que regem sobre a Educação Básica, observa-se a obrigatoriedade da contemplação das culturas afro e indígena na educação, como demonstram: Silva, Coelho e Alexandre (2012, p. 275-276):

A Lei 10.639 acresce os arts. 26-A e 79-B na Lei 9.394/96 Lei Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB).

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o capítulo deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

A Lei 11.645/08, através do Art.26-A e 79-B, acrescenta o estudo da história e cultura indígena:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira. (NR)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira. Art. 79-B. O

calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

O artigo 26 “obriga” todos os estabelecimentos de ensino a incluírem no currículo escolar o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, explicando que essas culturas influenciaram e ajudaram na formação da nação brasileira e o art. 79 garante no calendário escolar o respeito à cultura afro. Assim, a partir da instituição desse espaço de reflexão, assegura-se o referencial sociocultural e histórico do jovem negro, bem como sua identidade e autoestima.

Desse modo, verifica-se que por meio da Lei 10.639/2003, que contempla os artigos citados, foram dados passos importantes a caminho de uma pedagogia e de uma didática que valorizem a diversidade étnico-racial e cultural presente nas escolas brasileiras. No entanto, apesar desse amparo legal, quando observada de perto, a prática ainda é contraditória e se revela deficiente em relação ao cumprimento do que determina a lei.

A educação caminha a passos lentos no sentido de acolher a diversidade cultural, dando espaço para as discriminações, racismo, xenofobia, extremismo religioso, exclusão social etc. Em meio à mudança que ocorre na sociedade que tem sido marcada sobremaneira pela constatação de práticas discriminatórias, a educação não pode silenciar perante as manifestações e conflitos culturais. O multiculturalismo, por abranger manifestações múltiplas de tradições culturais, precisa ocupar seu lugar nas práticas curriculares, pois o multiculturalismo visa o reconhecimento e proteção à diversidade cultural. McLaren (1997, p. 311) identifica quatro formas de multiculturalismo:

o multiculturalismo conservador defende a construção de uma cultura comum, unitária e nacional, privilegiando a assimilação da cultura tradicional ou majoritária pelas minorias como mecanismo de integração. Esta concepção afirma a superioridade da cultura tradicional branca diante das demais culturas. O multiculturalismo humanista liberal parte do pressuposto da igualdade entre os seres humanos, afirmando que uma cultura não é superior à outra, mas que todas devem conviver de forma harmoniosa, cada uma podendo manifestar a sua diferença. Enfim, acreditam numa

humanidade comum, universal e neutra, em que as pessoas conquistam os seus espaços em função de seus próprios méritos. O multiculturalismo liberal de esquerda encontra-se mais atento aos modos de operar o poder e enfatiza as diferenças culturais ditadas por questões relacionadas à classe, ao gênero e à sexualidade. Acredita que o discurso da igualdade serve para mascarar as diferenças culturais existentes. Finalmente, o multiculturalismo crítico ou de resistência, afirma que as representações de classe, gênero e raça são o resultado das lutas sociais ampliadas. Além disso, defende a transformação das próprias condições sociais e históricas que naturalizam os sentidos culturais.

Na verdade, não há significado universal para o multiculturalismo, pois seu significado vai depender da sociedade e da época. Mas se pode afirmar que ele surgiu de forma mais organizada nos anos 60, sendo notável sua importância na área de educação, no que se refere ao diálogo, ao encontro de culturas, garantindo a relação de convivência, quebrando o vício de culturas dominantes. Sabe-se que esse é um processo lento e que exige compromisso e interesse por parte de políticas públicas sociais e educacionais para que se mude a forma de olhar o outro.

Isso deverá ocorrer tendo em vista as mudanças significativas que tem ocorrido no país nesses últimos anos e que tem impulsionado novas legislações que regulamentam as recentes realidades sociais. Dentre as medidas legais ressalta-se, na área educacional, a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, que é a Carta Magna da Legislação Nacional, em 1988, e que representa os anseios da sociedade brasileira com vistas a um Estado Democrático, a promulgação de estatutos, leis e diretrizes a seguir:

- Em 1990, a Promulgação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), com base na Lei nº 8.069/90 que dispõe sobre os direitos fundamentais da criança e do adolescente, entre eles, a educação.
- Em 1996, a definição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, um documento normativo específico para a educação em todos os seus níveis e modalidades.

- Em 1997, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série (vol. 10.1): Pluralidade Cultural, os quais estabeleceram os temas curriculares, dentre eles o tema transversal Pluralidade Cultural, apresentando objetivos e propostas para o aprendizado e a vivência da pluralidade cultural para o ensino fundamental de 5ª a 8ª série (vol.10.2).
- Em 2001, definido a postulação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01), que apresenta o diagnóstico da educação no Brasil e propõem diretrizes e metas a serem atingidas num prazo de dez anos.

Medidas acima citadas mostram-se necessárias e tem cumprido a exigência de um país que até então não incorporava a riqueza de sua diversidade como tema educacional. No entanto, o que se percebe, é que tais reformas não tem se mostrado suficientes para a instituição do respeito à diversidade. É certo que para isso é imprescindível a adesão da sociedade civil, a fim de que o processo educativo ocorra também fora do ambiente escolar, nos diversos momentos da vida social do cidadão.

No tocante à escola, é fato que é seu papel possibilitar o reconhecimento cultural, e uma das formas de alcançar esse reconhecimento se dá através da aplicação prática dos PCN que, segundo Silva, Coelho e Alexandre (2012, p. 277) tem como principais objetivos:

- valorizar as diversas culturas presentes na constituição do Brasil como nação, reconhecendo sua contribuição no processo de constituição da identidade brasileira;
- compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade passível de mudanças.

Considera-se que a escola deve direcionar a prática dos sujeitos que a fazem, para que valorizem as diferenças, ressaltando-se que essa valorização deve ser coletiva, um

compromisso de todas as instâncias envolvidas com a educação, para que assim ocorra a compreensão do sistema de valores que formam a identidade do indivíduo.

2.3 A educação multicultural

Os anos 70, 80 e 90 foram marcados por estudos multiculturalistas, que a custo de muitas pressões populares garantiram a igualdade de oportunidades educacionais. É nessa época também, que o estudo da cultura/educação escolar ganha relevância e apoio das Universidades. Partindo dessas reflexões foram desenvolvidas pesquisas e práticas pedagógicas visando uma educação multicultural, ficando clara a necessidade de uma reforma nos sistemas educacionais e curriculares oficiais, onde a diferença é celebrada.

A ONU também tem contribuído para a desconstrução de um caráter etnocêntrico universal, elaborando garantias jurídicas institucionais que protegem as vidas de grupos culturalmente dominados. Sabe-se que até hoje as dores e sofrimentos de grupos culturais como negros e indígenas são omitidos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) consta que, no plano internacional, o Brasil participou de eventos importantes, em que se discutiu o tema, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. O Brasil também é signatário na Declaração de Nova Delhi, assinada por nove países em desenvolvimento de maior contingente populacional, em que se reconhece a educação como instrumento proeminente de promoção dos valores universais humanos, da qualidade dos recursos humanos e do respeito pela diversidade cultural. Assim, ao incluir a Pluralidade Cultural como tema Transversal nos Parâmetros Culturais Nacionais (BRASIL, 1998), o governo brasileiro defende e celebra as diferenças institucionalmente.

Porém, estudiosos como Moreira (2001, 2002), Miranda (2004) e Freire (2003) afirmam que não basta reforma nos PCN, é preciso que haja uma continuidade e aplicação, na prática, dos discursos culturais. Conforme refere Moreira (2002, p. 106),

com o avanço das pesquisas e da experiência, os professores disporão de instrumentos que lhes permitem delimitar melhor a natureza dos obstáculos à aprendizagem encontradas em cada aluno e, portanto, saber se requerem uma intervenção urgente, ou um desvio, ou um tempo de latência, por exemplo, dando à criança tempo para crescer, amadurecer, superar as crises familiares ou problemas de individualidade. Os professores precisam encontrar meios de criar espaço para mútuo engajamento das experiências de multiplicidade de vozes, por um único discurso dominante. Mas professores e alunos precisam encontrar maneiras de que um único discurso se transforme em local de certeza e aprovação.

À medida que a escola se torna aberta aos fatos do cotidiano escolar, verifica-se a produção de relações culturais democráticas. Citando mais uma vez Moreira (2001, p. 85),

em síntese, queiramos ou não, vivemos em um mundo inescapavelmente multicultural. É essa a perspectiva de Kincheloe e Steinberg, para quem a multiculturalidade não se reduz a algo em que se acredite ou com o qual se concorde. Ela de fato existe, estar entre nós e representa, uma condição de vida nas sociedades ocidentais contemporâneas. Podemos ignorar ou abordar essa realidade de diferentes modos, mas não podemos apagá-la: ela permanece, independentemente de nossas respostas e de nossas relações. Desse modo, mesmo que as reflexões sobre o currículo e sobre formação de professores desconsiderem a multiculturalidade, ela estará presente nos sistemas escolares, nas escolas, nas salas de aula, nas experiências da comunidade escolar, afetando inevitavelmente as ações e as interações de seus diferentes sujeitos.

A prática ao diálogo valorizando a diversidade é instrumento fundamental para uma mudança de atitudes diante dos preconceitos e omissões, e a partir dessa prática professor e aluno estabelecem uma dinâmica de entendimento e reflexão. Nesse sentido, na prática educacional é preciso a preocupação com a formação do aluno como um ser social. Silva (2001, p. 85-90) afirma que “a diversidade reafirma o idêntico”, precisa-se do outro para perceber as próprias diferenças e também aceitar-se como é. Para Freire (2003, p. 120 - 121),

aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não os escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me a escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível.

Com essas palavras, o autor refere-se aos diversos discursos estereotipados silenciosos e omissos por meios dos quais questões ligadas à diversidade não são claramente discutidas.

Diante desse desafio, é preciso perceber que a educação só terá êxito se a sociedade tomar consciência de que é direito a todos o respeito à construção da identidade cultural, religiosa, racial e étnica de cada indivíduo. Já Miranda (2004, p. 33) afirma que

com a democratização do ensino e a abertura da escola a alunos provenientes das mais diversas origens não só étnica, religiosa mas também socioeconômicas e culturais, é urgente a tomada de consciência por parte de todos os professores para a urgência de refletir sobre as questões e de tentar dar respostas satisfatórias aos múltiplos desafios.

Cabe aos professores sensibilizar os alunos para a pluralidade, isto implica um diálogo que respeite os valores éticos, um novo olhar sobre as diversidades, de forma a estabelecer que nenhuma ação discriminatória seja aceita. Sobretudo porque a sala de aula é lugar de diversidade, sendo um ótimo espaço para reconstruir de uma forma coletiva os valores de identidade cultural e a autoestima do educando. Na atualidade, são notórias as dificuldades que existem nas relações entre a juventude e a escola. Isto é causa de problemas e conflitos diários na comunidade escolar, e tem provocado uma insatisfação para educadores e educandos. É papel da escola estar preparada para essas diversidades, embora não esteja apta para receber os sujeitos julgados diferentes, por isso, ela vem sendo marcada como um lugar de exclusão. Um dos fatores que provoca a exclusão e tem sido discutido enfaticamente na

atualidade é o *bulling*¹, que acontece com frequência e envolve tanto o corpo docente como o discente.

Portanto, há uma necessidade de se ter uma maior articulação entre o currículo escolar e a prática pedagógica, para que questões como a concepção humanística do multiculturalismo, as formas saudáveis de relacionamentos uns com os outros, as diferenças existentes entre eu e o outro sejam aprendidas e respeitadas.

É importante que o jovem perceba que a escola é um espaço onde será respeitado, não importa de qual “tribo” faça parte. Essa é a escola do futuro, a escola desejada, e para que isso aconteça é preciso que os educadores estejam preparados. Os jovens se sentem muito sufocados com as cobranças feitas pela família, escola e sociedade, que exigem deles responsabilidades, isso gera uma ansiedade. O sujeito, independente de sua cultura, tem o direito a expressar-se nesse mundo, sem imposições ou manipulações, às quais o mundo moderno o submete. Uma boa alternativa para a prática educativa é a escola envolver seus alunos em práticas que promovam sociabilidade, tornando-os responsáveis, solidários e produtivos. Outra alternativa é a escola ouvir seus alunos, promover debates, falar das diversidades, provocar situações que levem os alunos a uma reflexão, dessa forma professores e alunos serão resgatados para participarem plenamente do processo educacional.

O educador tem que ser ousado, realizar algo a mais, precisa formar pessoas que tenham a sensibilidade de interagir com as diferentes criações culturais. Isso é um desafio para a escola atual. Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) já abordam esses temas transversais, mas é preciso um aperfeiçoamento nas práticas pedagógicas, para que as diferentes formas de preconceitos sejam erradicadas, não sendo um “favor” a compreensão do outro que deve ser valorizado. Também são interessantes ações pedagógico-curriculares

¹ Bullying é uma situação que se caracteriza por **agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva, por um ou mais alunos contra um ou mais colegas**. O termo bullying tem origem na palavra inglesa *bully*, que significa valentão, brigão. Mesmo sem uma denominação em português, é entendido como ameaça, tirania, opressão, intimidação, humilhação e maltrato (<http://revistaescola.abril.com.br/crianca-e-adolescente/comportamento/bullying-escola-494973.shtml>).

concretas voltadas a uma educação promotora de uma formação continuada para os professores, já que esses são os principais protagonistas das ações curriculares, permitindo uma construção de uma escola mais justa e democrática, em conexão com a realidade sociocultural plural.

Essa vivência multicultural torna-se difícil, devido a atitudes etnocêntricas de grupos culturais que se posicionam como dominantes, sempre fazendo uma leitura negativa do “outro”. A educação multicultural já teve alguns avanços, mas continua a caminhar lentamente, lutando contra as diversas formas de preconceitos e discriminações no espaço escolar.

3 O CURRÍCULO NA PRÁTICA EDUCACIONAL

O Currículo escolar é a organização do conhecimento. Ele deve ser construído por toda comunidade escolar, abrangendo projetos que deverão ser desenvolvidos de uma maneira integral, com temas relacionados à realidade e que possam ser trabalhados por todas as disciplinas, promovendo ações práticas, sendo flexíveis e propiciando a construção do conhecimento para os alunos, formando-os verdadeiros cidadãos capazes de agir e pensar.

O currículo é uma parte importante da organização escolar e faz parte do projeto político pedagógico de cada escola. Por isso ele deve ser pensado e refletido pelos sujeitos em interação “que têm o mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente” (VEIGA, 2002, p. 7). Para Hornbug e Silva (2007, p.1),

o currículo envolve também: questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos.

Assim, deve-se tomar cuidado para que nenhuma cultura seja privilegiada ou discriminada, usando-se critérios de reflexão por parte dos interessados para atingir o objetivo, de viabilizar uma maior interdisciplinaridade, isto em todas as áreas.

Correia e Dias (1998, p.115) afirmam em um de seus trabalhos sobre currículo que ele

pode ser entendido como um plano de orientação pedagógica que se prende com aquilo que deve ser ensinado e como deve ser, em ordem a um máximo de eficiência. Neste sentido, o professor é um mero “operário curricular” que tem a tarefa de executar um plano.

De fato, muitos currículos são construídos de forma hierárquica e os conteúdos são isolados, sendo o professor soberano.

Mas o mundo atual necessita de cidadãos que busquem uma vivência democrática, para isso é necessário desenvolver projetos que favoreçam ao aluno uma aprendizagem significativa que trabalhe com o conhecimento tecnológico numa abordagem construtiva. Nesse contexto, faz-se necessário um currículo elaborado a partir das características dos alunos, atendendo às suas necessidades de aprendizagem.

Portanto, o Currículo deve ser um guia flexível que abranja todas as experiências escolares, que seja construído com a participação de todos, principalmente dos que atuam diretamente no estabelecimento escolar, como educadores e educandos, transformando a escola num espaço de experiências, formando cidadãos capazes de serem críticos e criativos.

Faz-se necessário a tomada consciência de que depende da educação a formação de cidadãos dispostos à desconstrução de todo tipo de preconceito, pois ainda prevalece o fato do “diferente” ser avaliado sempre negativamente. Contudo, observa-se que a escola está paulatinamente assumindo a perspectiva da alteridade, sendo assim, é preciso elaborar um programa que não seja constituído apenas de conteúdos, mas de atitudes que provoquem situações, levando o aluno a uma cultura de paz, valorizando nosso povo, nossa história.

É na escola que encontramos o diferencial, sendo assim, esse espaço não pode fortalecer nenhum tipo de preconceito. Todos nós temos um currículo oculto, isto é mais um motivo para que os PCN relacionados ao multiculturalismo ganhem relevância na área educacional. Nesse sentido, a elaboração de um currículo deve promover estratégias dinâmicas, reflexões que trabalhem nossa complexidade e façam com que um novo currículo seja construído, e através dele se possa acolher e compreender, respeitar e entender o outro.

Dessa forma, é preciso um mapeamento escolar para definir a quem se destina e como será implantado o currículo escolar, levando em consideração a pluralidade e a interação dialógica entre escola e vida.

Partindo dessa reflexão, o MEC contribui para a diversificação de currículos escolares, como estabelece o Artigo 26 da vigente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, ao propor que:

os currículos do ensino fundamental e médio devem ter em base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (BRASIL, 2014).

Após essas considerações, é importante fazer algumas reflexões: Qual a importância do currículo para as práticas educativas? Como a diversidade é contemplada no currículo da escola? Como o currículo escolar é construído? Sabemos que as possíveis respostas a essas perguntas não são satisfatórias, não existe currículo escolar no quadro da educação atual que contemple o corpo docente, o máximo que se chega a planejar é o plano de curso e o calendário com datas comemorativas em um regime precário, sem sentido prático, com ausência de atividades culturais. É verdade que nossas escolas trabalham com poucos investimentos, mas é preciso que ela não se feche às expectativas da aprendizagem almejada.

É preciso executar a tese de descontinuidade, as experiências negativas geram conflitos, a escola precisa perceber a necessidade de se conectar ao mundo do jovem, não se pode educar na ausência do seu principal protagonista. Sobre isso, Sposito (2003, p. 210-226) esclarece que

o novo público que frequenta a escola, sobretudo adolescente e jovem, passa a construir no seu interior um universo cada vez mais autônomo de interações, distanciando das referências institucionais, trazendo novamente, em sua especificidade, a necessidade de uma perspectiva não escolar no estudo escolar, a via não escolar.

Essa citação demonstra a predominância de um currículo escolar descompromissado com o que se refere à identidade sociocultural dos educadores, é um alerta à nossa sociedade escolar, que se baseia em modelos de uma escola tradicional, mas é preciso o rompimento desses modelos para que se formem sujeitos ativos do processo educacional.

O currículo não pode ser neutro em relação às ações pedagógicas, devendo ser objeto de reflexão de educadores e educandos, precisando ser elaborado de uma forma flexível, adaptado às especificidades da comunidade escolar e principalmente ser efetivamente executado. Para Freire (1996), a necessidade de uma pedagogia libertadora implica superar uma tradição pedagógica mecanicista e apolítica que se instaurou na escola.

Sensibilizar para as percepções culturais diversificadas não significa o vale-tudo, implica estabelecer valores éticos, respeitar a existência do “outro” com suas particularidades, essa prática de consenso evitará atos cruéis dentro e fora do ambiente escolar. Assim sendo, a escola deve abraçar a valorização da pluralidade cultural e desafiar o preconceito, a discriminação e a marginalização.

Se ainda persistem no cotidiano escolar questões de diversidade sendo ignoradas, isto se dá por falta de profissionais não qualificados para reconhecer a pluralidade cultural, portanto é notória a necessidade de uma formação continuada desses profissionais da educação que são responsáveis pela formação do seu alunado.

É preciso que a escola promova uma cultura de paz como a proposta por Boff (2002), para que os alunos não apenas conceituem as três palavras fundamentais racismo, preconceito e discriminação, no tocante à diversidade, mas que as compreendam e saibam reconhecê-las para tomar consciência de como muitas vezes elas estão presentes nas práticas do seu cotidiano. Quanto ao conceito dessas atitudes, explicitamos com Lima (2011):

- **Racismo:** As pessoas que não conseguem deixar de ser preconceituosa podem vir a se tornar racista. Um racista acredita que existe raças superiores às outras, (...) na espécie humana não podemos dizer que existem raças; (...) biologicamente as pequenas diferenças não servem para declarar que uns sejam superiores ou inferiores aos outros e vice-versa.
- **Preconceito:** É uma opinião que formamos das pessoas antes de conhecê-las. É um julgamento apressado e superficial e muito perigoso, pois (...) acaba trazendo muitas situações complicadas (...) e até violentas.
- **Discriminação:** Uma pessoa preconceituosa e racista é um ser humano no fundo inseguro e infeliz, que precisa ser admirado e reconhecido, (...) procurando se mostrar superior, (...) contando piadas sobre negros, “gays”, mulheres, nordestinos...

De posse desse conhecimento, se o aluno for capaz de refletir sobre suas ações, seus relacionamentos e perceber o outro, muitos conflitos serão evitados. Isso pode ser alcançado a partir da discussão das propostas nos presentes documentos que contemplam a diversidade na

prática escolar, no cumprimento e vivência das leis que regulamentam o bom funcionamento do convívio social.

Em síntese, o currículo escolar precisa ser construído por um público habilitado e formado continuamente, o que implica a reorganização curricular. Dessa forma pode-se garantir o retorno do educando à escola e sobretudo a permanência dos educandos na escola. Através de políticas públicas específicas, permanentes e contínuas, tornando o currículo significativo.

CONCLUSÃO

Ao chegarmos nesse momento de encerramento necessário desse trabalho, insistimos na necessidade de uma ação pedagógica que realize um processo de mudança contínua e promova o debate de opiniões a partir da reflexão, do interesse para investigar e compreender os conflitos resultantes das diversidades culturais em seu contexto histórico.

O Brasil é um país de realidade complexa, mas a escola pode oferecer elementos para conhecimento e valorização dessa complexidade, contribuindo para uma sociedade livre de discriminações e exclusões. Consideramos neste trabalho que esse processo implica um currículo escolar que contemple a utilização de métodos e técnicas que evidenciem o respeito às diferenças.

Uma proposta para atingir esse objetivo seria a implantação de um currículo que enfocasse temas controversos que geram preconceitos em nossa sociedade. Como sugestão, na prática pedagógica curricular poderia se efetivar uma disciplina contemplando conteúdos que digam respeito à diversidade humana e que levem professores e alunos a um processo de conscientização através da reflexão sobre os conceitos e preconceitos que pairam sobre a diversidade cultural. Assim, seria cumprido um objetivo da Educação que é a formação do aluno quanto aos verdadeiros valores do legado cultural, como resultado real de uma ação pedagógica.

Dessa forma, toda a escola está convocada a rever, refletir e refazer o seu discurso; através de um exercício constante de desconstrução de práticas discriminatórias. A reforma educacional reconhece as diferenças e direciona as práticas para uma construção coletiva de valorização da diversidade cultural, porém ainda fica a desejar, mostrando-se muitas vezes de

forma abstrata, cabendo, pois, à sociedade e profissionais da Educação, comprometerem-se e abraçarem a causa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Cultura da Paz** Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/vista/2001-2002/culturapaz.htm>>. Acesso em: 08/04/2014

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30/01/2014.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei9394.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [República Federativa do Brasil]**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 30 jan. 2014.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

CORREIA, Ana Paula; DIAS, Paulo. A evolução dos paradigmas educacional à luz das teorias curriculares. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Portugal, 1998.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Paz e Terra, São Paulo, Brasil, 2003.

GOMES, M. M. Itania. **Efeito e Recepção**: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Ed. e-papers, RJ, 2004, p.114-115, Disponível em: <<books.google.com.br/books?isbn=8587922955>>. Acesso em: 09/04/14

HORNBUG, Nice. SILVA, Rubia Da. **Teorias Sobre Currículo**: uma análise para compreensão e mudança. Vol. 3, n.10-jan. p. 61-66, 2007.

LIMA, Cunha Flávia. **Preconceito, racismo e discriminação no contexto escolar**. SEDUC-CEFAPRO-MT/Barra das Garças-2011 Disponível em:

<<http://pt.slideshare.net/FlviaCunhaLima/preconceito-racismo-e-discriminacao-no-contexto-escolar-9042831>>. Acesso em: 05/04/2014.

MIRANDA, F. **Educação intercultural e formação de professores**. Editora Porto, 2004.

MOREIRA, A. F. B. Multiculturalismo, currículo e formação de professores. In: **Currículo: políticas e práticas**. Papirus, (p. 81-96), Campinas, Brasil, 2001.

_____. A. F. B. **A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 342, 2001.

MOREIRA, A. F. & Silva T. T. **Currículo, cultura e sociedade**. 6ª ed., São Paulo: Cortez, 2002.

MCLAREN, Peter. **A Vida nas Escolas: uma introdução à pedagogia crítica nos fundamentos da educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p.311

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade Cultural e Alteridade: problematizações necessárias. **Revista eletrônica da UNISC**. Santa Catarina, 2004.

SILVA, Adalgisa Marques Amorim, COELHO, Elisângela Dias e ALEXANDRE, Ivone Jesus. Pluralidade Cultural: a prática docente da educação básica. IN: **Revista Eventos Pedagógicos**, v.3, n. 2, p. 274-281, maio-julho, 2002. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/667/479>>. Acesso em: 08/04/2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. Discurso e identidade: o currículo multiculturalista. In: **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2 Edição. Autêntica: Belo Horizonte, 2001, p.85-90.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não-escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, n.57, mar-mai., 2003, p. 210-226.

THOMSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1981, p.111.

VEIGA, NETO, ALFREDO. De Geometrias, Currículo e Diferenças. In: **Educação e Sociedade**, Dossiê Diferenças, 2002.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo 1921-1988** / Raymond Williams. Tradução André Glaser - SP: Ed. Unesp, 2011, p. 69-86. Disponível em: <<http://cbd0282.files.wordpress.com/2013/02/williams-raymond-cultura-ematerialismo.pdf>>. Acesso em: 09/04/14.

YOUNG, J. C. Robert. **O Desejo Colonial: hibridismo em teoria cultural e raça**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2005, p. 32.